

GETÚLIO VARGAS, FLORES DA CUNHA, A CÂMARA DOS DEPUTADOS E O EMBATE POLÍTICO NO ANO-CHAVE DE 1935: DA GRAVE CRISE AO CAMINHO PARA A DITADURA

GETÚLIO VARGAS, FLORES DA CUNHA, LA CÁMARA DE DIPUTADOS Y LA LUCHA POLÍTICA EN EL AÑO CLAVE DE 1935: PRIMERO LA CRISIS, LUEGO EL CAMINO A LA DICTADURA

Thiago Cavaliere Mourelle¹

Resumo: O presente artigo analisa a relação entre Getúlio Vargas e a Câmara dos Deputados no importante ano de 1935, quando o governo Vargas passou pela maior crise política até então. Eleito presidente em eleição indireta no mês de julho de 1934, momento em que o Brasil promulgou uma nova Constituição, o presidente enfrentou vários problemas, principalmente devido às interferências do governador Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul. Vargas chegou a perder a maioria governista na Câmara Federal e enfrentou uma pressão pela sua saída da presidência. Porém, as revoltas de novembro de 1935 alteraram completamente a conjuntura política, criando um ambiente favorável para a reforma da Constituição e da Lei de Segurança Nacional, fortalecendo o Poder Executivo.

Palavras-chave: Getúlio Vargas. Câmara dos Deputados. Flores da Cunha.

Resumen: Este artículo analiza la relación entre Getúlio Vargas y la Cámara de Diputados en el importante año de 1935, cuando el gobierno de Vargas atravesó la mayor crisis política hasta el momento. Elegido presidente en una elección indirecta en julio de 1934, cuando Brasil promulgaba una nueva constitución, el presidente enfrentó varios problemas, principalmente debido a las acciones del gobernador Flores da Cunha, de Rio Grande do Sul, que llevaron a la pérdida de la mayoría governista en la Cámara Federal y aumentaron la presión para la salida de Vargas de la presidencia. Sin embargo, las revueltas de noviembre de 1935 cambiaron por completo la situación política, creando un ambiente propicio para la reforma de la Constitución y la Ley de Seguridad Nacional, fortaleciendo el Poder Ejecutivo.

Palabras clave: Getúlio Vargas. Camara de los Diputados. Flores da Cunha.

Introdução

Em resumo: ou o Flores mantém-se ao lado da ordem e as oposições nada podem fazer, ou se unem sob a base das suas ambições, e teremos uma fase de combatividade e de lutas que podem ir até a desordem.

Getúlio Vargas, Diário, 21/11/1935.

¹ Pós-doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui mestrado em História Política pela UERJ. Historiador do Arquivo Nacional, concursado de nível superior, desde 2006, tendo trabalhado na mesma instituição, como estagiário, desde 2002. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6873-7242>

O famoso cientista inglês, sir Isaac Newton, concluiu que toda ação gera uma reação, de mesma força e sentido contrário. Nos estudos das ciências humanas, muitas vezes percebemos que uma ação gera uma reação muito maior e, algumas vezes, devastadora.

A chamada Intentona Comunista, nome dado à série de revoltas lideradas pela Aliança Nacional Libertadora – grupo criado no Brasil para combater o fascismo –, em 1935, é um exemplo de uma ação não tão forte que gerou uma resposta violenta e intensa. Vargas enfrentava uma crise profunda em seu governo e estava ameaçado de ser destituído da presidência, fato que mudaria por completo a história do Brasil e marcaria a da América Latina. A ocorrência da Intentona acabou por gerar uma reação conservadora na imprensa, no Congresso Nacional e na população brasileira como um todo, que deu a Vargas a chance de fortalecer seu governo e lançar o anticomunismo como uma bandeira de luta que uniu a nação em torno da figura do então presidente contra a “ameaça vermelha”, um inimigo que não tinha tanto poder na ocasião, mas foi superdimensionado por interesses políticos.

O ano de 1935 foi um ano-chave para a História do Brasil, especificamente para o governo de Getúlio Vargas. Foi quando o presidente enfrentou a pior crise de seu governo até então. E também o ano que em que se dotou de poderes que possibilitaram o enfrentamento eficaz contra seus adversários políticos e facilitaram criação de uma ditadura menos de dois anos depois (MOURELLE, 2015, *passim*).

O presente artigo é resultado de uma investigação que teve como fontes principais os anais do Congresso Nacional, o diário de Getúlio Vargas e jornais impressos da época, compreendendo os fatos mais importantes de 1935 através da análise dessa documentação e do cruzamento de informações a partir desse acervo.

A opção foi por trabalhar primordialmente com fontes primárias, uma vez que é escassa a bibliografia tanto sobre a crise política de 1935 como também a respeito da

relação entre Vargas e a Câmara dos Deputados. Este órgão acumulou as funções do Senado de julho de 1934 até maio seguinte e, mesmo depois, continuou sendo onde se deu majoritariamente o enfrentamento público entre governo e seus adversários.

Para compreendermos os importantes acontecimentos de 1935 precisamos primeiramente traçar um panorama da situação política vivida no Brasil à época. A principal característica era a vigência da Constituição, criada em julho de 1934. Vargas, pela primeira vez desde 1930, quando chegou ao poder, era obrigado a governar o país respeitando uma Constituição, sem direito a emitir decretos e tendo que negociar com o Congresso Nacional.

Vários fatos fundamentais são pouco mencionados pela historiografia sobre o período. O primeiro deles é a anistia política aprovada pelo Congresso Nacional em 1934, que permitiu que vários adversários de Vargas retornassem ao país e concorressem nas eleições parlamentares de outubro de 1934. Grande parte deles conseguiram ser eleitos e tomaram posse em maio de 1935, como Otávio Mangabeira, João Neves da Fontoura e Artur Bernardes, que fortaleceram a oposição numericamente e também qualitativamente.

Outro ponto importante é a enorme disputa que havia entre os aliados de Vargas, já pensando nas eleições presidenciais de 1938. Homens importantes para o presidente começaram a brigar entre si, principalmente o general Góis Monteiro, ministro da Guerra, e Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, estado natal de Vargas e região que possuía importante força política e militar no Brasil.

Fato é que, na crise política de outubro e novembro o governo Vargas perdeu maioria no Congresso Nacional e muitos de seus principais aliados estavam abandonando o presidente. A saída de Getúlio Vargas era uma possibilidade real. Foi quando o anticomunismo foi utilizado para salvar o governo. Voltemos até abril de 1935 para compreendermos o desenrolar dos fatos.

Flores da Cunha e o início da crise

No final de abril de 1935, oficiais da cidade gaúcha de Cachoeira do Sul interpelaram o Ministro da Guerra sobre o projeto de reajuste, que transitava no Congresso sem uma solução há semanas. Góis Monteiro se posicionou imediatamente a favor de uma punição aos interpeladores, considerando uma quebra de hierarquia os questionamentos advindos de subordinados. E assim foi: eles foram detidos administrativamente.²

Flores da Cunha, interventor do Rio Grande do Sul e, até então, importante aliado de Vargas, defendeu os militares, entendendo a manifestação como legítima. Passou então a pressionar o presidente da República a fim de conseguir a liberdade dos oficiais. Diante de tal situação, Góis Monteiro entregou o cargo em 7 de maio de 1935. Ao *Diário da Noite*, limitou-se a dizer que pediu demissão porque “não poderia permitir a intromissão intolerável da política no seio do Exército”.³

O problema para Vargas era que, além de Ministro da Guerra, Monteiro se destacava como figura essencial nas articulações políticas do Poder Executivo com o Exército, além de ser importante também nas ações de combate ao comunismo dentro das Forças Armadas. Por outro lado, Flores da Cunha também tinha enorme importância, sendo um elo fundamental para o governo com o sul do país e um nome cada vez mais importante na política nacional.

O brasilianista John Dulles, estudioso do período Vargas, acredita que o governador gaúcho agiu, a partir de meados de 1935, com o objetivo de preparar a sua chegada à presidência:

Ao mesmo tempo em que vencida a contenda com Góis, Flores se preparava para a eleição presidencial de janeiro de 1938, construindo bases políticas em todos os estados em que podia fazê-lo. (...) A visita de Getúlio Vargas a Porto Alegre, em setembro de 1935, em nada contribuiu para melhorar as relações entre o presidente e o governador. Flores da Cunha, que trabalhava para ser o

² Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB). CPDOC- FGV. Verbete Góis Monteiro.

³ *Diário da Noite*, 08/05/1935, p. 1.

sucessor de Vargas, começou a sentir que este não desejava sucessor (DULLES, 1967, p. 155).

A situação de Vargas nesse conflito era difícil. Ele via a possibilidade de uma composição entre governistas e oposicionistas no Rio Grande do Sul, em torno de Flores da Cunha. Daí a importância que dava ao governador gaúcho, pois um acordo no Rio Grande do Sul poderia enfraquecer os oposicionistas na Câmara, visto que João Neves da Fontoura, na época líder da oposição, era da Frente Única Gaúcha (FUG), assim como Batista Luzardo e Borges de Medeiros, nomes fundamentais no combate ao presidente no parlamento. O historiador Mauro José Gaglietti, ao estudar o assunto, afirma que a composição de um acordo chegou a avançar, mas acabou não se concretizando por questões políticas locais e também pelo crescente afastamento entre Vargas e Flores (GAGLIETTI, 2007, p. 224).

A estratégia do governo era minar a oposição antes mesmo da posse da nova Câmara, tentativa que acabou frustrada. Batista Luzardo disse que já havia recebido convites do governador do Rio Grande do Sul para se aliar a Vargas, mas negou veementemente a possibilidade. Acrescentou ainda que “o senhor Getúlio Vargas não tem programa de governo, não satisfaz aos anseios da nação, não atende às necessidades do país, desde as mais rudimentares às mais importantes, tudo descurando na inércia, na insinceridade, no adiamento”. Otávio Mangabeira fez coro ao afirmar que o presidente “tem arruinado o país”.⁴

O ex-presidente Artur Bernardes, nome da oposição mais repudiado pelos governistas, foi outro que rejeitou qualquer possibilidade de composição com o governo ao afirmar que “com o senhor Getúlio Vargas não é possível construção de espécie alguma”.⁵ Confirmou que também foi procurado várias vezes por aliados do governo, no intuito de cooperar com Vargas “para a manutenção da ordem no país”, Bernardes reiterou que não deixaria a oposição enquanto Vargas estivesse na

⁴ Diário do Poder Legislativo. 70ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 26/07/1935, p. 2742.

⁵Id. Ibid.

presidência, chamando-o de “usurpador”.

O deputado governista Adalberto Corrêa entrevistou, questionando a legitimidade da polêmica vitória eleitoral de Bernardes, nas eleições presidenciais de 1922, e reclamou da postura da oposição em relação a Vargas:

Procedem perfeitamente dentro do discurso de V. Ex. uma campanha de ódio, porque o presidente da República foi eleito por quem tinha o direito de fazê-lo. O governo que temos é legal. (...) O único sentimento da minoria é o ódio ao Chefe do Governo. Não há diferença ideológica (...). A oposição ao governo é sistemática.⁶

Essa discussão, dentre as muitas ocorridas, mostra que o campo de luta na Câmara dos Deputados evidencia uma disputa entre getulistas e antigetulistas. Os principais argumentos de ambos permaneceram sendo os mesmos de maio a dezembro de 1935: a oposição acusava Vargas de trair os princípios da Aliança Liberal, falhar no desenvolvimento da Revolução de 1930, implementar uma política econômica caótica e agir com autoritarismo. Já os deputados governistas defendiam as realizações do governo e diziam que a minoria pouco ajudava o país, pois exercia uma oposição nada construtiva e baseada em ataques pessoais contra o presidente, não apresentando soluções objetivas para os problemas pelos quais passava o Brasil.

Flores da Cunha talvez tenha sido um dos primeiros a perceber que a oposição não queria diálogo com os governistas enquanto Vargas estivesse na presidência. Notou que os principais líderes da oposição na nova legislatura eram homens que haviam sido exilados pelo presidente e que não tinham a intenção de, em curto prazo, se demoverem da idéia de combatê-lo. Assim, seu afastamento em relação ao presidente foi estratégico. Cada vez mais começou a se envolver em questões nacionais e fortalecer uma postura de ação independente.

⁶ Diário do Poder Legislativo. 70ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 26/07/1935, p. 2742.

As eleições fluminenses e os primeiros rompimentos com Vargas.

A postura de Flores da Cunha afetava o equilíbrio do governo na Câmara, pois envolvia um dos estados mais fortes e estratégicos do país: o Rio Grande do Sul. E Vargas percebeu esse momento conturbado. Em meados de agosto de 1935, após ficar sabendo do envolvimento de Flores nas eleições para o governo do estado do Rio de Janeiro, indicou que sua aliança com o governador gaúcho estava ameaçada (VARGAS, 1995, p. 413).

As eleições fluminenses repercutiram muito na Câmara, dando mais uma oportunidade para os ataques da oposição. A disputa eleitoral era entre o general Cristóvão Barcelos e o ministro da Marinha, Protógenes Guimarães, sendo difícil prever quem sairia vencedor na votação indireta porque a câmara estadual estava bastante dividida e demorava a chegar a um consenso. Os candidatos representavam as duas maiores bancadas do estado: de um lado estava a União Progressista Fluminense (UPF), com a candidatura do general Barcelos; de outro o Partido Popular Radical (PPR), partido do líder da maioria na Câmara Federal, Raul Fernandes, apoiando o almirante Guimarães.

A proximidade do estado com a capital federal⁷ e as movimentações políticas já visando às eleições presidenciais de 1938 fizeram com que vários outros estados interferissem nessa disputa eleitoral. São Paulo e Vargas estavam com Guimarães, enquanto Minas Gerais e Rio Grande do Sul – de Flores da Cunha – preferiam Barcelos.

É importante frisar que tanto a bancada da UPF quanto a do PPR faziam parte da maioria governista na Câmara Federal, portanto um posicionamento público de Vargas em favor de um ou outro candidato poderia indispor-lo com um desses grupos. Por isso, o presidente deixou o Ministro da Justiça, Vicente Ráo, responsabilizado pelas *démarches* a fim de eleger seu preferido.

⁷ É importante lembrar o fato de que a cidade do Rio de Janeiro, à época, era o Distrito Federal, separado administrativamente do estado do Rio, e tinha como governador Pedro Ernesto Baptista, do Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF).

A votação só se realizaria em 25 de setembro de 1935, mas um mês antes já surgiram boatos sobre as atitudes do ministro Ráo. Os rumores chegaram à Câmara e os progressistas compareceram em plenário, numa sessão onde até o candidato a governador Cristóvão Barcelos esteve presente, a fim de pressionar Vargas a não intervir nas eleições para o governo do estado do Rio.

Joaquim Cardillo Filho, da UPF, chegou a ameaçar o ministro Ráo, caso este continuasse a tentar influenciar os votos dos deputados estaduais fluminenses:

O que queremos e exigiremos em qualquer terreno, é a neutralidade do governo federal em face do dissídio fluminense. (...) Em nome do estado do Rio de Janeiro, da maioria de sua representação, devo fazer ao Sr. Ministro da Justiça uma advertência. E é o de que aquela mocidade gloriosa que se bateu pela autonomia de São Paulo não é privilégio desse estado; ela se espalha pelo Brasil inteiro E, quando a intervenção federal se fizer por qualquer maneira no meu estado, esta mocidade estará em suas fronteiras para defendê-lo em qualquer terreno, contra a incursão de estranhos.⁸

A rivalidade entre os defensores dos dois candidatos ficou tão efervescente que chegou a ocorrer uma troca de tiros no dia da eleição.⁹ Candidato de Vargas e dos paulistas, Guimarães acabou eleito, mas Barcelos entrou com um recurso alegando que tal vitória só ocorrera em razão da interferência do governo federal.

Aí é que entra, mais uma vez, Flores da Cunha. O governador gaúcho esteve de acordo com o recurso de Barcelos, prometendo apoiá-lo até as últimas consequências. Flores ainda tornou público um telegrama enviado por Vicente Ráo a Vargas, falando do apoio a Protógenes Guimarães. O governador gaúcho ainda divulgou uma nota pública criticando correligionários do líder da maioria, Raul Fernandes, acusando-os de agir decisivamente em prol da vitória de Guimarães.

Especialmente o telegrama ganhou enorme repercussão. O problema, além de

⁸ Diário do Poder Legislativo. 85ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 13/08/1935, p. 3315-3318.

⁹ O deputado Capitulino dos Santos (Partido Socialista Fluminense) e o general Cristóvão Barcelos, durante a votação, foram alvejados por tiros de revólver. Para mais informações, ver: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), CPDOC – FGV. Verbete União Progressista Fluminense.

afetar a relação de Vargas com a bancada governista do Rio Grande do Sul – cabe lembrar que Flores da Cunha, além de governador, era também líder do PRL/RS –, também causou grave crise dentro da bancada fluminense, que se cindiu.

Raul Fernandes, líder do governo na Câmara dos Deputados desde o início de 1934, cobrou de Vargas uma dura represália às atitudes de Flores da Cunha. Em seu diário, Vargas explicou a situação e, em seguida, pontuou todas as queixas que tinha em relação a Flores da Cunha:

Os principais motivos de queixa que tenho contra o Flores são os seguintes: 1º) o constante trabalho oficial que se faz no Rio Grande, dizendo que o governo federal nada fez por aquele estado; 2º) a mania de sair, lá de Porto Alegre, pretendendo dirigir a política nacional, agitando antecipadamente a questão da sucessão presidencial e intervindo na política de outros estados; 3º) quando estive em Porto Alegre, minha correspondência telegráfica com o Rio era controlada pelo Flores, e, nestas condições, quando os avisos iam pela estação do palácio do governo, seu telegrafista solicitava ao diretor regional as cópias dos telegramas que o almirante Protógenes me dirigia 4º) apoderando-se, por esta maneira, do telegrama do ministro da Justiça passado a mim, divulgou-o para que fosse publicado; 5º) e, por fim, inventou ou admitiu a invenção de que eu procurava abrir cisão na política do Rio Grande para enfraquecê-lo (VARGAS, 1995, p. 426, 06/10/1935).

O deputado Prado Kelly, líder da União Progressista Fluminense (UPF) fez um longo e importante discurso, iniciado com a renúncia a todos os cargos ocupados por seu partido nas comissões parlamentares da Câmara dos Deputados. E não poupou críticas ao governo federal:

(...) protesto contra as humilhações que está sofrendo o povo fluminense, contra o inominável atentado que cometeu o Governo Federal, depois da atitude inqualificável e indefensável do senhor ministro da Justiça (...). Minhas palavras são e não poderiam deixar de ser uma definição de atitudes e um convite a todo o país, especialmente ao Poder Legislativo, para apurar afinal as responsabilidades nessa hora, porque todos os sucessos políticos que ocorrem no estado do Rio têm suas origens na ambição de poderio do atual ministro da Justiça e na complacência do Presidente da República.¹⁰

¹⁰ Diário do Poder Legislativo. 120ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 25/09/1935, p. 4992-93.

O *Correio da Manhã* noticiou o discurso com o título “rompendo com o governo federal” e deu grande destaque aos efusivos aplausos dos deputados da UPF às palavras de Kelly, atitude simbólica que concretizou a passagem dos progressistas fluminenses para a oposição.¹¹

Em resposta, o líder paulista Cardoso de Melo Neto (PCSP) procurou defender o ministro Vicente Ráo, seu conterrâneo e colega de partido, dizendo que ele não interferiu na política do estado do Rio. Fazendo valer sua nova posição, ao lado da oposição, o deputado Bandeira Vaughan, da UPF, colocou a culpa exclusivamente em Vargas que, segundo ele, fazia a política paulista: “sob a cabeça do Presidente da República, nesta hora mal orientado pelo Partido Constitucionalista de São Paulo, deve pesar toda a responsabilidade daquilo que possa suceder no estado do Rio de Janeiro e no Brasil”.¹²

O presidente Vargas, diante do ocorrido, anotou em seu diário o quão era irônico que tivesse o apoio de São Paulo,¹³ enquanto que do Rio Grande do Sul, seu estado, viessem “os incômodos, as traições, as ameaças” (VARGAS, 1995, p. 436, 04/11/1935).

Como consequência da crise, Raul Fernandes, líder do governo na Câmara, acabou por renunciar ao posto, uma vez que Vargas não agiu energeticamente contra Flores da Cunha, conforme o deputado exigia.

Governo Vargas sob grave ameaça: o auge da crise em outubro e novembro.

O mês de outubro de 1935 terminou com intensos debates na Câmara dos Deputados em torno do orçamento para o ano seguinte. Cada parlamentar tentava beneficiar seu grupo político, seus interesses e o de seus representantes. Algo

¹¹*Correio da Manhã*. 26/09/1935, p. 4.

¹²Diário do Poder Legislativo. 165ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 12/11/1935, p. 7705.

¹³Vargas havia destituído o paulista Washington Luís, que era o presidente da República em 1930. Dois anos depois, São Paulo reagiu com a Revolução Constitucionalista. Depois de tantos conflitos, a partir de meados de 1934 Vargas formou uma aliança com os paulistas que cada vez se fortalecia mais e que duraria até 1937, quando os paulistas lançaram a candidatura de Armando Salles Oliveira para a presidência, em oposição a José Américo, candidato da situação.

absolutamente comum numa república representativa democrática. Porém, essa prática parecia incomodar muito Vargas, que considerava tais atitudes como ameaçadoras ao interesse nacional.

À noite, reuni no Guanabara o ministro da Fazenda e os deputados Antônio Carlos e João Carlos, para examinarmos o orçamento e os vetos que deveriam ser opostos. É lamentável como a irresponsabilidade coletiva e os interesses regionais enxertaram no orçamento coisas absurdas, agravando o déficit, sem a noção das suas responsabilidades. Muita coisa que deveria ser vetada não o foi, para não perturbar mais o exame do orçamento, mas com o pensamento reservado de não executar (VARGAS, 1995, p. 438, 11/11/1935)

Não se deve perder de vista que, nos anos 1930, a centralização do poder, em vários países do mundo, baseou-se fortemente na crítica ao liberalismo, em especial com viés antiparlamentar. É sintomático que Vargas revelasse sua pretensão de “não executar” a decisão da Câmara.

Desde a promulgação da Constituição de 1934, Vargas e setores governamentais buscavam o fortalecimento do Executivo e o maior controle sobre o Legislativo. Porém havia uma forte resistência por parte da Câmara dos Deputados. Nos meses de outubro e novembro de 1935, enquanto o governo tentava contornar a grave crise entre seus aliados, a oposição se fortalecia e procurava meios de impor-se ao Executivo, tentando restringir seus poderes.

Um exemplo disso foi o projeto de lei de número 353, do dia 26 de outubro de 1935. Numa ação importantíssima, 102 parlamentares – mais de um terço dos 300 deputados da Câmara – assinaram o projeto que daria anistia a todos os acusados até então pela Lei de Segurança Nacional (LSN) – em vigor desde 4 de abril. O deputado governista Barreto Pinto (classista/ funcionários públicos) chegou a propor a suspensão da LSN até que a atual legislatura fizesse uma revisão no texto, considerado defeituoso e inconstitucional, pela subjetividade com que permitia as acusações.¹⁴ Muitos dos signatários pertenciam a partidos que apoiavam o governo, mas mesmo assim se

¹⁴ Diário do Poder Legislativo. 149ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 26/10/1935, p. 6908.

colocaram veementemente contra uma lei que fortalecia o poder presidencial. Simbolicamente foi um ato de resistência e imposição do Poder Legislativo perante o Executivo.

No dia 4 de novembro de 1935 outro projeto, também importante, entrou em pauta para discussão e votação: o de número 325, que regulava a impetração do mandato de segurança.¹⁵ Sua aprovação foi mais uma vitória da oposição que lutava por maiores garantias para os acusados pela LSN, pois facilitava a libertação dos presos caso não houvesse ações delituosas que comprovassem a culpa. É importante ressaltar que, na época, muitos eram os detidos por suspeita de envolvimento em atividades subversoras da ordem, sem fato comprovado. A partir da aprovação do projeto em questão, seria mais fácil a obtenção da liberdade. Foi, portanto, outra medida da Câmara contra o autoritarismo e a favor dos direitos e liberdades individuais.

Os meses de outubro e novembro de 1935, como é possível perceber, foram caracterizados pelo aumento da crise na maioria governista e o fortalecimento da minoria oposicionista, que conseguiu aprovar projetos importantes. Não seria exagero afirmar que, em todo o Governo Vargas, nunca a oposição esteve tão forte.

Às vésperas do dia comemorativo da Proclamação da República, ocorreu mais um exemplo de articulação dos deputados contra o autoritarismo do Executivo. E o mais importante, partindo mais uma vez tanto de parlamentares governistas como de opositores: o deputado potiguar Café Filho (Partido Social Nacionalista/RN) leu uma declaração assinada por deputados que, “sem se desvincularem de suas correntes políticas”, organizaram o “Grupo Pró-Liberdades Populares”:

Declaramos à nação que, sem nos desvincular das correntes políticas a que pertencemos, decidimos organizar o “Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares”, que tem por objetivos: 1) Defender intransigentemente as liberdades constitucionais e populares; e, em conseqüência, combater o integralismo, arremedo do fascismo e inimigo ostensivo daquelas liberdades. 2) Defender a soberania e a unidade do Brasil; e, conseqüentemente, pugnar

¹⁵ Diário do Poder Legislativo. 154ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 04/11/1935, p. 7269.

por medidas que fortaleçam o Exército e a Marinha, de sorte que sejam forças nacionais eficientes e capazes de repelir as ameaças do imperialismo. Concitamos a quantos concordem com estas diretrizes a que organizem nas assembleias estaduais e nas Câmaras Municipais, outros grupos parlamentares, para que possamos, em ação coordenada e eficaz, resguardar a democracia e servir, como nos cumpre, aos justos reclamos das massas populares.¹⁶

Assinaram o manifesto 21 deputados, entre eles destacados governistas como Café Filho e Amaral Peixoto; classistas, como José do Patrocínio; e oposicionistas como Domingos Velasco. Os jornais pouco falaram sobre o fato, uma vez que o noticiário nacional estava voltado quase exclusivamente para o possível rompimento dos gaúchos com o presidente, em vista do dissídio da sucessão fluminense.

Preocupados em salientar que o grupo envolvia governistas e oposicionistas, foram escolhidos como líderes do movimento membros das duas correntes: Domingos Velasco representava a oposição e Café Filho, a situação.

Quatro dias depois de anunciada sua criação, em 18 de novembro de 1935 o grupo encaminhou um requerimento, assinado por 13 dos 21 membros, pedindo o fechamento da Ação Integralista Brasileira ou que, por equidade de tratamento, a Aliança Nacional Libertadora fosse reaberta.¹⁷

A crise e a falta de um líder para a maioria – devido ao afastamento de Raul Fernandes e a demora na definição de um nome de consenso para substituí-lo – levou a uma grande derrota para o governo. Numa votação histórica, por 80 a 73, o requerimento do Grupo Pró-Liberdades Populares foi aprovado.¹⁸ Mais uma vez demonstrando fidelidade a Vargas, a bancada paulista fez questão de apresentar uma declaração de voto, assinada por dezesseis deputados do Partido Constitucionalista de São Paulo, se opondo ao resultado.

¹⁶ Diário do Poder Legislativo. 165ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 12/11/1935, p. 7708.

¹⁷ Diário do Poder Legislativo. 168ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 16/11/1935, p. 7863. Convém lembrar que a ANL estava fechada pelo governo desde julho de 1935.

¹⁸ Diário do Poder Legislativo. 171ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/11/1935, p. 8015.

Essa grande vitória teve imensa repercussão na imprensa. Antes praticamente ignorado pelos jornais, o Grupo Pró-Liberdades Populares foi apontado como o grande vitorioso na questão. O *Diário da Noite* deu destaque em primeira página para o assunto, dizendo que tribunas e galerias estavam completamente lotadas e que o dia foi de uma das “maiores assistências e agitação do ano legislativo”. O jornal noticiou a grande festa que ocorreu após o anúncio do resultado:

O recinto estremeceu, numa ovação nunca presenciada no parlamento. Os deputados se erguiam e gritavam “viva a democracia”, “vivam as liberdades populares”, “viva o povo livre”. E esse rumor expansionista durou mais de quinze minutos. Os componentes do Grupo Pró-Liberdades Populares festejaram sua vitória, sua primeira vitória, com uma multiplicação de abraços.

¹⁹

Robert Levine defende que, em outubro e novembro de 1935, houve o paulatino crescimento da oposição parlamentar, estimulada, entre outros fatores, pelo rompimento do governador gaúcho Flores da Cunha com Vargas. Esse fato, segundo o autor, fez com que a maioria dos deputados daquele estado passasse para a oposição na Câmara Federal:

(...) Flores mandou que sua bancada no Congresso votasse com a oposição. Os jornais deram grande relevo à notícia, e os líderes da situação, preocupados com a possível perda da maioria no Legislativo, discutiram ansiosamente o problema (...). Uma parte da oposição no Congresso manifestou solidariedade a Flores, o que fazia prever uma maioria anti-Vargas (LEVINE, 1970, p. 87 e 88).

O Radical, periódico do Rio de Janeiro, afirmou “que a nova atmosfera política era ‘a mais preta que se possa imaginar’ e *O Imparcial* advertiu que a crise podia degenerar em “conflito armado” – ambos os jornais do dia 16 de novembro de 1935.²⁰

Vargas pretendia contornar a questão e permanecer com seus aliados gaúchos e paulistas, voltando às boas com o governador gaúcho e evitando a demissão de Ráo, acusado de interferir na política fluminense. A solução estava nas mãos de Flores da

¹⁹*Diário da Noite*. 21/11/1935.

²⁰ Apud Levine, 1970, p. 87.

Cunha e o presidente esperava uma posição dele para encerrar a crise.

O *Correio da Manhã*, no dia 15 de novembro de 1935, disse que “o senhor Getúlio Vargas só terá o apoio do Partido Republicano Liberal [do Rio Grande do Sul] ²¹ em atos praticados pelo bem público”. ²² Em 17 de novembro de 1935, o mesmo jornal trouxe uma manchete dando conta de que “o Rio Grande do Sul não dará apoio incondicional ao Sr. Getúlio Vargas”. Na mesma edição, acrescentou-se que “os paulistas do PC [Partido Constitucionalista] também estão resolvidos a romper com o Sr. Getúlio Vargas, caso se mande embora o ministro Ráo”. ²³

Vargas, em seu diário, admitia que o “caso do estado do Rio toma uma aspecto grave, com a atitude do Flores dando instruções para negar apoio a alguns ministros do governo” (VARGAS, 1995, p. 440, 13/11/1935). O presidente chegou a telegrafar para o governador gaúcho pedindo que ele parasse de interferir na sucessão fluminense e resolvesse os problemas com o ministro Ráo, mas Flores o respondeu “que a bancada gaúcha não mais prestaria apoio incondicional ao governo”, confirmando o que havia sido divulgado pela imprensa (VARGAS, 1995, p. 441, 18/11/1935).

No dia 21 de novembro, o *Jornal do Brasil* afirmou categoricamente: “Flores rompe com Vargas”. ²⁴ Em seu diário, Vargas confirma essa informação, ao afirmar que o major Carneiro de Mendonça veio...

... prevenir-me que a oposição se reunia para tomar conhecimento de uma proposta de aliança com o Flores, mediante várias concessões da parte deste, com o objetivo de fazer oposição ao governo federal. (...) O Flores tornou efetivo o rompimento comigo. À noite, já a bancada liberal [Partido Republicano Liberal/RS] não veio ao [Palácio] Guanabara, como de praxe (VARGAS, 1995, p. 442, 19/11/1935)

Vê-se, pelos registros que o presidente fez em seu diário, que ele estava bastante

²¹ Partido que tinha o governador gaúcho Flores da Cunha como líder e que era um dos principais apoios ao governo na Câmara, do qual fazia parte, por exemplo, Adalberto Corrêa e João Carlos Machado, dois importantes aliados de Vargas.

²² *Correio da Manhã*, 15/11/1935, p. 2.

²³ *Correio da Manhã*, 17/11/1935, p. 2.

²⁴ *Jornal do Brasil*, 21/11/1935, p. 7.

descontente com o modo de proceder de Flores da Cunha. No dia 21 de novembro de 1935, resumiu a situação da seguinte forma: “ou o Flores mantém-se ao lado da ordem e as oposições nada podem fazer, ou se unem sob a base das suas ambições, e teremos uma fase de combatividade e de lutas que podem ir até a desordem” (VARGAS, 1995, p. 443, 21/11/1935).

O presidente encarregou os deputados João Carlos Machado (PRL/RS) e Cristiano Machado (PP/MG) a irem ao Rio Grande do Sul pedir que Flores fizesse a escolha entre as duas opções acima. Um grave conflito, podendo chegar ao ponto de enfrentamento armado, era uma possibilidade não tão remota. Correspondências de Góis Monteiro revelam a pressão para que Vargas autorizasse a invasão ao Rio Grande do Sul, existindo inclusive um mapa indicando a estratégia que seria adotada para a ocasião.²⁵

Otávio Mangabeira, um dos líderes da oposição, aproveitou o momento de grave instabilidade para pedir a saída de Vargas da presidência em entrevista ao *Jornal do Brasil*, antevendo que ele perderia a maioria na Câmara e não conseguiria mais governar, pois seus projetos de governo seriam bloqueados no Poder Legislativo:

Que não seja nem minoria nem maioria, mas uma situação em que colabore o maior número possível de brasileiros. (...) A crise política pede um nome novo que agregue maioria e minoria (...). Enquanto persistir S. Ex. no Palácio do Catete, nenhum passo se terá caminhado, lealmente, para melhores dias da Nação. Com Getúlio Vargas, nada se poderá fazer. Ele conseguiu o milagre de não despertar mais esperanças. Depois, o Brasil não suporta dois quadriênios de um mesmo homem.²⁶

Em seu diário, Vargas anotou que até mesmo aliados haviam afirmado a ele que “quanto mais passava o tempo da minha administração, mais se ia verificando o enfraquecimento natural do governo” (VARGAS, 1995, p. 436, 04/11/1935).

²⁵ Arquivo Nacional. BR RJANRIO SA.0.COR,A931.98 Microfilme: 046-97; BR RJANRIO SA.0.COR,A935.247 Microfilme: 047-97; BR RJANRIO SA.0.COR,A935.263 Microfilme: 047-97; RJANRIO SA.0.COR, A937.298.0113 Croquis de planejamento de ataque a Porto Alegre (RS).

²⁶ *Jornal do Brasil*, 24/11/1935. “A situação política”, p. 7.

O momento extremamente crítico para o governo foi dissolvido após a irrupção da chamada Intentona Comunista. Depois das revoltas de Natal, Recife e Rio de Janeiro, Vargas registrou em seu diário que atendeu “a sucessivas comissões e grande número de deputados e senadores”, que vieram declarar apoio a ele, dando-lhe a “impressão de que o prestígio do governo havia realmente crescido” (VARGAS, 1995, p. 446 e 447, 26 e 27/11/1935). Além disso, o presidente disse ainda que “Flores havia contramarchado muito de sua atitude anterior” (VARGAS, 1995, p. 449, 2 e 3/12/1935). A crise estava resolvida.

A Câmara sob o impacto da Intentona: o governo recupera prestígio.

No dia 23 de novembro de 1935 ocorreu o primeiro evento do conjunto de revoltas que se convencionou chamar de Intentona Comunista. Os fatos se iniciaram no nordeste, atingindo Natal (RN), depois Recife (PE) e, em seguida, Olinda (PE), envolvendo conflitos entre os revoltosos e as forças do governo. As primeiras notícias chegaram ao Rio de Janeiro no dia 24 e repercutiram na Câmara durante a sessão legislativa do dia 25 de novembro.

Depois de longo debate, por 172 votos a 52, foi aprovada a decretação do estado de sítio em todo o território nacional, como queria Vargas, porém pelo período defendido pela oposição: 30 dias e não 60, tempo pedido pelo presidente.²⁷

Mas o fato que mudou definitivamente o ambiente na Câmara, até então desfavorável, em favor do governo federal foi a eclosão do movimento insurrecional no Rio de Janeiro (RJ), no dia 28 de novembro. O medo de que os comunistas conquistassem a capital do país e tomassem o Palácio do Catete se disseminou tanto entre os deputados da maioria quanto entre os da minoria. Em plenário, os que mais se destacaram foram, mais uma vez, o gaúcho Adalberto Corrêa e também o novo líder da maioria, Pedro Aleixo (PP/MG). Discursaram deixando claros os novos objetivos do

²⁷ Id. Ibid. p. 8208.

governo: reformar a Constituição Federal e a Lei de Segurança Nacional, sob a justificativa de que eram necessárias medidas legais que dessem mais possibilidades e mais rapidez para o combate aos movimentos extremistas.

Vargas tratou de trabalhar a opinião pública em declarações à imprensa, algo pouco comum em seu governo até então. O *Diário da Noite*, na edição do dia 28 de novembro de 1935, ao mesmo tempo em que trazia a fala de Vargas de que “a violência sanguinária constitui a antítese da alma e do sentimento brasileiro”, colocou uma enorme manchete afirmando que “a Revolução de 1930 conferiu ao trabalhador direitos que ele nunca os teve”, além de outra reportagem intitulada “a nação contra os extremismos”.²⁸ As manchetes ufanistas se seguiram, como a “pelo bem do Brasil”, no dia 3 de dezembro, no mesmo jornal.²⁹

O brasilianista Frank McCann, ao estudar os desdobramentos das revoltas de novembro, afirma que a imprensa teve importância fundamental para o aumento do poder do Executivo, ao defender a aplicação de medidas rigorosas contra os comunistas (MCCANN, 2007, p. 489).

Buscou-se imprimir à população o medo de novas revoltas subversoras da ordem e os soldados mortos, no combate aos movimentos, passaram a ser tratados como heróis, como indica a manchete do *Correio da Manhã* do dia 29 de novembro: “baixaram à sepultura os corpos dos que se sacrificaram nobre e valorosamente no cumprimento do dever”.³⁰ Assim foi sendo consolidado um ambiente de comoção nacional em favor do governo e de busca por punição aos envolvidos nos levantes.

O deputado Prado Kelly (União Progressista Fluminense/RJ), da oposição, o mesmo cujo discurso havia representado oficialmente o rompimento dos progressistas fluminenses com Vargas, anos depois fez afirmações elucidativas em um livro de memórias. Disse que o governo Vargas só se salvou, em novembro de 1935, graças à

²⁸*Diário da Noite*. 28/11/1935, p. 1.

²⁹*Diário da Noite*. 03/12/1935, p. 1.

³⁰*Correio da Manhã*. 29/11/1935, p. 1.

eclosão da chamada Intentona Comunista, particularmente ao evento ocorrido no Rio de Janeiro: “(...) da ação de um desses grupos [radicais] resultou a recuperação de Vargas. A 27 de novembro irrompia a Intentona Comunista” (PRADO KELLY, 1980, p. 72).

Mesmo o Partido Comunista (PCB), já em dezembro de 1935, embora tenha fincado posição de apoio aos insurretos, fez mea-culpa sobre o momento em que os levantes ocorreram e sobre seu grau de preparação:

O levante revolucionário no nordeste deu-se repentinamente e num momento em que a situação, noutras partes do país, não tinha ainda chegado ao ponto culminante de sua madureza revolucionária. Ele se deu num momento de preparação ainda insuficiente das forças revolucionárias para a luta decisiva (VIANNA, 1995, p. 171).³¹

O resultado foi que, diante do ambiente favorável ao governo, com a imprensa clamando por prerrogativas que facilitassem a ação do Poder Executivo na punição aos responsáveis pelas revoltas, a oposição recuou. A minoria passou a usar a tribuna da Câmara única e exclusivamente para afirmar e reafirmar que não tinham qualquer participação nos levantes. Como forma de demonstrar a não participação, iam aprovando todos os requerimentos e pedidos do governo, temendo que qualquer negativa fosse vista como atitude colaboracionista com os insurretos. Prova disso é a declaração de Artur Bernardes, uma das vozes mais contundentes contra Vargas, ao *Diário da Noite*, dizendo que “oposição e governo, estamos todos juntos no combate ao extremismo”.³²

Se a situação era favorável ao governo na Câmara e na imprensa, no meio militar ocorria o mesmo. O brasilianista Robert Levine analisa que dentro do Exército houve uma mobilização para garantir maiores punições aos militares envolvidos na Intentona:

³¹ Trecho de um documento da direção do PCB, destinado a seus correligionários, anexo aos autos do processo de número 63 do Tribunal de Segurança Nacional, que atualmente faz parte da documentação do Arquivo Nacional. O documento foi publicado em livro publicado com o intuito de trazer a público a documentação pertinente aos levantes de final de novembro de 1935.

³² *Diário da Noite*. 29/11/1935.

(...) a nova atmosfera, violentamente antiliberal, deu voz ativa àqueles grupos mais abertamente comprometidos com a supressão das formas do constitucionalismo (...). Os militares logo colocaram as manguinhas de fora tratando as inofensivas quarteladas como grave ameaça à segurança nacional. O ministro da Guerra, João Gomes, reuniu o Estado-Maior a 3 de dezembro e pediu para que cominassem penas mais fortes para a traição do que os seis anos da Constituição vigente. Góis Monteiro, que de novo passou a freqüentar regularmente os conselhos militares, fez circular um rascunho de manifesto, advogando uma revisão constitucional em profundidade, para enfrentar o que chamou de a mais terrível crise da história do Brasil (LEVINE, 1970, p. 195).

O também brasilianista John Dulles corrobora com as palavras de Levine, destacando a atuação de Góis Monteiro, que teria preparado um “longo relatório para demonstrar que a Constituição de 1934 não era apropriada às condições do momento” (DULLES, 1967, p. 162)

O historiador Hélio Silva é mais um a reiterar a importância de João Gomes e Góis Monteiro, apontando-os como ícones na ofensiva contra a Constituição de 1934 e a favor do fortalecimento do Poder Executivo (SILVA, 1970, p. 88 e 92).

Nesse contexto, o governo obteve do Legislativo as reformas da LSN e da Constituição de 1934. Sancionada em 14/12/1935, a Reforma da Lei de Segurança Nacional tinha 26 artigos, que tratavam dos seguintes temas: maior censura à imprensa e aos estabelecimentos de ensino, facilitação da deportação de estrangeiros e agilidade na burocracia dos processos penais. Mas os pontos principais foram, sem dúvida, a facilitação para a reforma de militares e a demissão de funcionários públicos envolvidos nos levantes.³³

Quatro dias depois, em 18 de dezembro, foi aprovado pela Câmara o decreto legislativo que acrescia três emendas à Constituição Federal. João Neves citou o quarto parágrafo do artigo 178 da Constituição, que afirmava que “não haverá reforma constitucional na vigência do estado de sítio”.³⁴ Em razão disso, os governistas fizeram

³³ Lei Ordinária número 136, de 14/12/1935.

³⁴ Diário do Poder Legislativo. 195ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 17/12/1935, p. 9202.

uma manobra política: suspenderam o sítio por alguns dias – somente no papel, pois continuou vigorando na prática – e aprovaram a reforma constitucional. Em protesto, Batista Luzardo afirmou que “feriu-se o pacto de 1934”.³⁵

A agilização dos debates e a rápida aprovação da reforma constitucional ocorreu sob o argumento da necessidade de urgência no combate aos sediciosos. A oposição mais uma vez não obstruiu nem tentou qualquer tipo de manobra protelatória. Com isso, o governo obteve as três emendas que queria: a primeira possibilitava a equiparação do estado de sítio ao estado de guerra; e as outras duas, mais uma vez, reforçaram a possibilidade da punição aos militares e funcionários públicos, dando ao presidente da República a prerrogativa de demiti-los por decreto, sem precisar esperar a conclusão dos processos penais e sem prejuízo das demais sanções que os envolvidos sofreriam na forma da lei.³⁶

Censura e repressão: a escalada para a ditadura

O artigo 25 da Lei de Segurança Nacional previa que “quando os crimes definidos nesta lei forem praticados por meio da imprensa, proceder-se-á, sem prejuízo da ação penal competente, à apreensão das respectivas edições”. E essas medidas competiriam, “no Distrito Federal, ao Chefe de Polícia, e nos Estados e no território do Acre, à autoridade policial de maior graduação no lugar”.³⁷ Embora aprovada desde 4 de abril de 1935, somente após a decretação do estado de sítio é que essas ações passaram a ser efetivadas diariamente e de forma mais dura.

Na Câmara, a oposição denunciava o fato, mas suas críticas, obviamente, não eram publicadas pelos jornais censurados, o que nos deixou o Diário do Poder Legislativo como a única fonte na qual é possível ver os discursos dos deputados sobre a questão.

³⁵ Diário do Poder Legislativo. 198ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/12/1935, p. 9519.

³⁶ Decreto Legislativo número 6, de 18/12/1935.

³⁷ Lei número 38 de 04/04/1935.

Já no dia 28 de novembro, logo depois da aprovação do estado de sítio por 30 dias, Artur Bernardes Filho (PRM) protestou contra a censura exercida em relação a dois jornais de Belo Horizonte, *O Debate* e *O Correio Mineiro*, que não conseguiam ter acesso às informações que normalmente recebiam diariamente da capital da República. O primeiro jornal chegou a enviar uma carta para a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), endereçada ao presidente Herbert Moses, reclamando da situação. Para Artur Bernardes Filho, as dificuldades enfrentadas por esses periódicos era uma prova de que o Estado de Sítio seria usado somente para censurar a imprensa e calar adversários do governo.³⁸

Outra denúncia ocorreu em 6 de dezembro de 1935, quando o deputado Artur dos Santos (Partido Republicano/PR) afirmou que tinham autorização para serem publicadas somente as reportagens que responsabilizavam os deputados da oposição de participação na Intentona, enquanto os textos que atribuíam responsabilidades a políticos governistas eram tinham a publicação autorizada.³⁹

O deputado Martins e Silva (classista/empregados) foi mais um a subir à tribuna para questionar a censura. Disse ter enviado uma carta a Vargas explicando que os sindicatos do Pará eram contra o comunismo. Tentou publicá-la em vários jornais, sem sucesso. Concluiu que o intuito do governo era propagar o medo e a insegurança e não esclarecer os fatos e que as autoridades estavam utilizando o Estado de Sítio com fins políticos:

Decretado o Estado de Sítio, há uma verdadeira porfia nas denúncias e afirmações mentirosas. Todo mundo quer ter o prazer e a glória de denunciar alguém como comunista; é a coqueluche da atualidade. As prisões injustas se multiplicam.⁴⁰

O líder da oposição, João Neves, foi outro a fazer graves acusações. Disse ter enviado uma carta ao *Diário da Noite* comentando sobre a atuação da oposição nas

³⁸ Diário do Poder Legislativo. 178ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 28/11/1935, p. 8314.

³⁹ Diário do Poder Legislativo. 185ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 06/12/1935, p. 8721.

⁴⁰ Diário do Poder Legislativo. 188ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 10/12/1935, p. 8859.

últimas semanas, mas que o conteúdo dela foi modificado.⁴¹ Na mesma sessão legislativa, Otávio Mangabeira foi contundente:

(...) a situação que está criada, para os adversários do governo, sejam ou não extremistas é, em última análise, a seguinte: podem ser atacados à vontade. Não o proíbe a censura. O que, porém, não podem, é defenderem-se sequer ou mesmo explicarem-se. Isso, a censura proíbe.⁴²

A oposição, embora denunciasse a censura, cooperou com o governo aprovando as reformas legais almejadas por Vargas. Somente a partir do dia 20 de dezembro de 1935, quando já estavam aprovadas as leis desejadas pelo governo, é que a minoria ensaiou uma rearticulação e novas ofensivas contra o governo. Em resposta ao pedido de Vargas para a renovação do estado do sítio e a equiparação dele ao estado de guerra – conforme a emenda constitucional permitia –, João Neves da Fontoura disse ser uma “exorbitância equiparar-se ao estado de guerra uma insurreição extinta e dominada”.⁴³

Enfraquecida, a oposição tentou usar os métodos que usara outrora para retardar votações: pedir a palavra várias vezes para levantar questões de ordem, revezar seus deputados em longos discursos, sugerir que os projetos fossem remetidos para comissões parlamentares. Porém, o presidente da Câmara, Antônio Carlos de Andrada (PP/MG), fez valer sua autoridade e posicionou-se a favor do andamento veloz dos trabalhos, afirmando que era seu “dever defender a maioria contra a obstrução”.⁴⁴

O fortalecimento do Poder Executivo e a recomposição de forças da maioria governista na Câmara deixou Vargas numa posição muito mais cômoda do que estava em outubro e novembro de 1935. Não só a grave crise com seus aliados parecia contornada, como a conjuntura política estava amplamente favorável ao presidente. O combate ao comunismo se tornou um salvo-conduto para que o governo tomasse as

⁴¹ Diário do Poder Legislativo. 198ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/12/1935, p. 9496.

⁴² Diário do Poder Legislativo. 199ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/12/1935, p. 9498.

⁴³ Diário do Poder Legislativo. 202ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 23/12/1935, p. 9722. O discurso, publicado somente no dia 23/12 no Diário do Poder Legislativo, foi lido na Câmara no dia 20/12.

⁴⁴ Diário do Poder Legislativo. 199ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 20/12/1935, p. 9520.

medidas que julgasse necessárias e prendesse qualquer um que julgasse uma ameaça à ordem. Os que se opusessem às ações de Vargas poderiam ser considerados traidores da pátria e acobertadores de atividades extremistas.

A Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo começou a funcionar em janeiro de 1936, sob a liderança do deputado Adalberto Corrêa (PRL/RS), que muito havia se destacado na aprovação da Lei de Segurança Nacional e na defesa das reformas em dezembro de 1935. O fortalecimento do Poder Executivo e as perseguições políticas se intensificaram numa crescente que, somados a outros fatores, acabariam levando o país à ditadura do Estado Novo.

Por hora, no final de 1935 e início de 1936, a Câmara continuou o seu trabalho, mas cada vez mais pressionada pela perseguição aos comunistas e pelo medo de se posicionar contra as medidas punitivas do governo. O Legislativo, que desde dezembro “cortou a própria carne” ao permitir as reformas legais que o esvaziaram, passou a ter sua autonomia cada vez mais restringida.

A repressão nas ruas tomou enorme dimensão. Luís Carlos Prestes, preso em março de 1936, em depoimento dado muitos anos depois, disse ter ouvido de sua cela os pedidos de socorro e o desespero dos que sofriam, dentro da prisão, com o abuso de autoridade e a violência da polícia:

Não há dúvida que, depois da derrota de 35, houve um ano e tanto de terrorismo em nosso país. Eu fui preso em março de 1936 e fui levado para a Polícia Especial, que era o centro da tortura e do assassinato. Assim, do local onde estava preso, ouvia, todas as noites, os gritos dos torturados e daqueles que eram assassinados. (...) O governo do Getúlio torturou muita gente, assassinou mesmo muita gente (WERNECK DA SILVA, 1991, p. 92).

A fala de Prestes nos dá a dimensão da violência levada a efeito pelo governo contra seus adversários. As perseguições não pouparam nem mesmo deputados e senadores. No Senado, o senador Abel Chermont (União Popular do Pará), único daquela Casa que era membro do Grupo Pró-Liberdades Populares, seguiu

combatendo o estado de sítio e sua equiparação ao estado de guerra, a censura aos jornais e as prisões que julgava injustas e ilegais.

No dia 23 de março de 1936, precisamente às 20 horas, Vargas deu um contundente e definitivo golpe contra os parlamentares da oposição: o senador Chermont foi preso, assim como os deputados federais Domingos Velasco, Otávio da Silveira, Abguar Bastos e João Mangabeira.⁴⁵ Todos eles eram membros do Grupo Pró-Liberdades Populares e justamente os mais contundentes críticos do governo no Congresso Nacional. O Senado da República chegou a pedir explicações a Vargas sobre o ocorrido. A resposta chegou no dia 31 de março de 1936, em mensagem curta, com somente quatro parágrafos, em que o presidente limitou-se a afirmar a culpabilidade dos parlamentares, sem trazer nenhuma prova esclarecedora. O texto dava conta que os deputados e o senador citados foram presos...

(...) por estarem aqueles membros do Poder Legislativo organizando, sob a proteção das regalias inerentes aos respectivos mandatos, nova e iminente eclosão violenta das atividades subversivas das instituições políticas e sociais. Impedindo-lhes a ação e prendendo-lhes, o governo teve em mira, tão somente, defender a ordem pública, cedendo à imperiosa necessidade de acautelar diretamente a segurança nacional.⁴⁶

Diante do ocorrido, as palavras do líder da oposição, João Neves da Fontoura, em seu último discurso no ano de 1935, despedindo-se e anunciando o recesso da Câmara, soam proféticas:

O historiador de amanhã, quando recompuser as cenas e as figuras do drama, que findou com os últimos disparos na Praia Vermelha, há de verificar que os deputados opositoristas não compactuaram com o estraçalhamento da Constituição sob o pretexto de resguardá-la da Ditadura Vermelha.

(...) Resta-nos esperar que o governo da República, na ausência do Poder Legislativo, não se desmande em excessos sob o regime do sítio; antes se apresse em apurar as verdadeiras responsabilidades, de maneira a impedir a

⁴⁵ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB). CPDOC – FGV. Verbete Grupo Pró-Liberdades Populares.

⁴⁶ Trecho da resposta por escrito enviada por Getúlio Vargas ao Senado da República. Diário do Poder Legislativo. 66ª sessão legislativa do Senado Federal, 31/03/1936, p.11130.

violência de continuarem, nas prisões, brasileiros, alguns ilustres, sem culpa que justifique as restrições que estão sofrendo.⁴⁷

A menção à Praia Vermelha se deve ao fato de que foi lá onde ocorreram as principais batalhas da Intentona Comunista no Rio de Janeiro (RJ). A intenção de Neves era isentar a oposição de culpa por quaisquer excessos eventualmente cometidos por Vargas na perseguição aos revoltosos e justificar a aceitação, pela minoria opositora, das reformas da LSN e da Constituição, dizendo que a ideia da oposição era “fiscalizar e cooperar” e não fazer “oposição sistemática”.

A prisão dos cinco parlamentares foi um golpe contundente contra o Poder Legislativo, cuja autonomia e independência já estavam fundamentalmente prejudicadas desde dezembro de 1935.

Para o brasilianista Robert Levine, a partir do fim de novembro de 1935, “Vargas governou por decreto. O poder do Congresso era quase nulo, e não havia um judiciário independente” (LEVINE, 2001, p. 67). Angela de Castro Gomes atenta para o fato de que os meios para o fortalecimento do Poder Executivo já estavam preparados meses antes, ao afirmar que a Constituição “praticamente deixou de existir com a aprovação pelo Congresso, em abril, da LSN” (GOMES, 1980, p. 37). Segundo Edgard Carone, a oposição parlamentar, bastante frágil, ainda ousou ser “o único grupo legal que ousava denunciar o rumo totalitário de Vargas” (CARONE, 1975, p.112), contando inclusive com a simpatia dos comunistas, que passaram a ver o Congresso Nacional como o “último respiradouro da opinião nacional” (CARONE, 1975, p. 255).

Conclusão

Embora exista farto material bibliográfico sobre o período Vargas, o mesmo não se pode dizer especificamente a respeito da grave crise política de 1935. Com o intuito de preencher parte dessa lacuna, este artigo obrigatoriamente teve que trabalhar

⁴⁷ Diário do Poder Legislativo. 213ª sessão legislativa da Câmara dos Deputados, 30/12/1935, p.10403.

primordialmente com fontes primárias, em especial o diário de Vargas, os jornais de época – visualizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – e, principalmente, 15 mil páginas dos anais do Poder Legislativo, onde pudemos analisar o debate enfático entre governistas e oposicionistas durante a que foi, talvez, a maior crise política do primeiro governo Vargas (1930-45).

Em 1935, vemos o embate entre os que defendiam não só a manutenção da normalidade democrática conquistada com a promulgação da Constituição de 16 de julho de 1934, mas a sobrevivência da democracia e da independência dos três poderes, contra os que, no âmbito do pensamento autoritário que crescia no Brasil e no mundo na década de 1930, desejavam a hipertrofia do Poder Executivo.

Com a justificativa de combater os extremistas, logo após a Intentona Comunista, Vargas conseguiu aumentar o seu poder ao superdimensionar as revoltas lideradas pela Aliança Nacional Libertadora. Incitou no Congresso Nacional e na população o “medo de ser contra, fundamento último de todas as disciplinas militantes ou militares”, ideia identificada pelo filósofo e sociólogo francês Pierre Bourdieu ao estudar o processo de legitimação do poder (BOURDIEU, 1989, p. 201). Ou seja, quem não apoiasse o governo era automaticamente rotulado como comunista, o que fez com que desde personalidades públicas até cidadãos comuns – salvo raras exceções – dessem “carta branca” para as ações repressoras governamentais, mesmo que isso significasse a paulatina fragilização da democracia.

O presidente concentrou poderes e, conseqüentemente, esvaziou o Congresso Nacional e os demais organismos sociais representativos. Norberto Bobbio, em seu *Dicionário de Política*, nos auxilia a compreender as estratégias de fortalecimento do Poder Executivo, ao afirmar que, para atingir seus objetivos, os governos autoritários não precisam necessariamente de um sistema de partido único deliberado, podendo recorrer simplesmente ao controle dos instrumentos tradicionais do poder político: “o Exército, a polícia, a magistratura e a burocracia” (BOBBIO, 1992, p. 100). Foi o que Vargas fez, tendo como homens de confiança o chefe de polícia do Distrito Federal,

Filinto Muller, e os generais Góis Monteiro, Eurico Gaspar Dutra e Pantaleão Pessoa. Além disso, o presidente veio a contar com o Tribunal de Segurança Nacional, criado especialmente para condenar os acusados de envolvimento em movimentos questionadores do *status quo* vigente (MARQUES, 2015, *passim*).⁴⁸

O ano de 1935, tão difícil para Getúlio Vargas e que apontava para uma crise política praticamente irreversível para o presidente, acabou se tornando, a partir das revoltas de novembro, o ano em que ele obteve as reformas legais necessárias para fortalecer o Poder Executivo e iniciar uma série de prisões, afastando do cenário político seus principais adversários.

É claro que devemos evitar uma leitura teleológica da história. Uma série de fatos ainda iria ocorrer até novembro de 1937, inclusive muitos deles contando novamente com a participação de Flores da Cunha, que foi o grande adversário do projeto de continuidade de Getúlio Vargas no poder. Porém, é inegável que, com a solução da grave crise política e as reformas na legislação, Vargas ampliou sobremaneira sua força política e pavimentou o caminho para a ditadura. Já estava de posse dos meios legais para calar e trancafiar seus críticos, nas ruas e no Legislativo.

Referências

BOBBIO, Norberto e outros. *Dicionário de Política*. Coord. da tradução: João Ferreira. 4ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1975.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO, CPDOC – FGV.

DULLES, John W. F. *Getúlio Vargas. Biografia Política*. Rio de Janeiro: Renes, 1967.

GAGLIETTI, Mauro José. *Dyonélio Machado e Raul Pilla: médicos na política*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

⁴⁸ Instituído pela Lei 244 de 11 de setembro de 1936.

GOMES, Ângela Maria de Castro. (coord.) *Regionalismo e Centralização nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GERTZ, René E. "Estado Novo: Um Inventário Historiográfico". In: SILVA, José Luiz Werneck da. *O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas. Os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. _____. *Pai dos pobres. O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. *Repressão Política e usos da Constituição no Governo Vargas (1934-1937)*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. "Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)". 254 f. Universidade Federal Fluminense, 2015. Tese de Doutorado em História Social.

PRADO KELLY, José Eduardo. "Octávio Mangabeira, parlamentar". In: *Um praticante da democracia: Octávio Mangabeira*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura da Bahia, 1980.

SILVA, Hélio. *Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1995. Vol. 1.

VIANNA, Marly. *Pão, Terra e Liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995.

Fontes

Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira.

Site: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acessado em 11/01/2021.

Periódicos pesquisados: *Correio da Manhã*, *Diário da Noite* e *Jornal do Brasil*

Arquivo Nacional – Fundo Góis Monteiro.

Diários do Poder Legislativo. Anos 1934 e 1935. Coleção “Diários da Câmara dos Deputados”. Acessível em http://imagem.camara.gov.br/pesquisa/diario_basica.asp. Acessado em 11/01/2021.

Submetido em 13.01.2021 – Aceito em 07.05.2021